

REQUERIMENTO DE ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

Nome completo do Representante da Empresa: Nei Rodrigues de Carvalho Filho

CPF: 815.365.267-20

Nome Completo da Razão Social da Empresa: NNAL Comércio de Materiais Médicos e Serviços Empresariais Ltda. ME

CNPJ da Empresa requerente: 10.535.809/0001-71

E-mail: nnal.consultoria@gmail.com ou nrcfilho@gmail.com

Telefones comerciais com DDD:

Telefones Celulares com DDD: (21) 99224-6892 / (21) 98102-6028

Objeto da Contratação:

Número do empenho: 1006/2023

Número(s) da(s) nota(s) fiscal(is) nº588 ; _____ ; _____

Descrição da compra: () Pregão () Dispensa de Licitação () Inexigibilidade (☒) Cotação Eletrônica () RDC () Outro, especificar: _____

Unidade Contratante (Unidade em que o fornecedor prestou o serviço ou forneceu o produto): BIO/SECOM

Instrumento Contratual: () Contrato () ICNE () Ata SRP (☒) OF e Nota de Empenho

Contrato (campo não obrigatório) :

Campo para número e ano do Contrato: ____/aaaa

Vigência do Contrato: Data do início do Contrato: ____/____/____ Término do Contrato: ____/____/____

Campo para anexar contrato.

ICNE (campo não obrigatório):

OF (campo não obrigatório):

Campo para número e ano da OF: ____/aaaa

Campo para anexar OF.

Ata SRP (campo não obrigatório):

Campo para número e ano da Ata SRP: ____/aaaa

Vigência da Ata SRP: Data do início da Ata SRP: ____/____/____ Término da Ata SRP: ____/____/____

Descrição do pedido:

Atestado de Capacidade Técnica dos produtos supracitados o empenho /NFe nº588



Documento assinado eletronicamente por **Nei Rodrigues de Carvalho Filho, Usuário Externo - Usuário Externo**, em 02/06/2023, às 12:43, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.fiocruz.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **2813172** e o código CRC **53180B4A**.

Gestor: COGEAD/DECOM/SEAC
Versão 00 – Fevereiro/2021

Referência: Processo nº 25380.002130/2023-85

SEI nº @ documento

Data e hora da consulta: 04/05/2023 14:48

Usuário: ***.737.327-**

Impressão Completa

Nota de Empenho

UG Emitente

Código	Nome	Moeda
254445	INSTITUTO DE TECNOLOGIA EM IMUNOBIOLOGICOS	REAL - (R\$)
CNPJ	Endereço	CEP
33.781.055/0015-30	AVENIDA BRASIL, 4365 - MANGUINHOSPREDIO ADM VINICIUS	21040-900
Município	UF	Telefone
RIO DE JANEIRO	RJ	(21) 3882 - 9393

Ano	Tipo	Número
2023	NE	1006

Célula Orçamentária

Esfera	PTRES	Fonte de Recurso	Natureza da Despesa	UGR	Plano Interno
2	172766	1002000000	339030	254432	A1BIO

Data de Emissão	Tipo	Processo	Taxa de Câmbio	Valor
04/05/2023	Global	25386.000594/2023-05	0,0000	214,35

Favorecido

Código	Nome	CEP
10.535.809/0001-71	NNAL COMERCIO DE MATERIAIS MEDICOS E SERVICOS	24913-450
Endereço		
CLARICE LISPECTOR (LOT 91 QUADRA: 03; LOTE: ITAPEBA		
Município	UF	Telefone
MARICA	RJ	

Amparo Legal

Código	Modalidade de Licitação				
11	DISPENSA DE LICITACAO				
Ato Normativo	Artigo	Parágrafo	Inciso	Alínea	
LEI 8.666 / 1993	24	-	II	-	

Descrição

AQUISIÇÃO DE MATERIAL HOSPITALAR // OF 2023 0489 (R) // DISPENSA 64/2023

Local da Entrega

BRASIL

Informação Complementar

25444506000642023 - UASG Minuta: 254445

Sistema de Origem

COMPASNET-ME

Data e hora da consulta: 04/05/2023 14:48

Usuário: ***.737.327-**

Impressão Completa

Nota de Empenho

Lista de Itens

Natureza de Despesa	Total da Lista
339030 - MATERIAL DE CONSUMO	214,35

Subelemento 36 - MATERIAL HOSPITALAR

Seq.	Descrição	Valor do Item
001	Item compra: 00010 - TERMÔMETRO CLÍNICO, AJUSTE VIDRO, C/ COLUNA DE MERCÚRIO, ESCALA ATÉ 45 °C, TIPO* USO AXILAR E ORAL, EMBALAGEM EMBALAGEM INDIVIDUAL	105,52

Data	Operação	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
04/05/2023	Inclusão	4,00000	26,3800	105,52

Seq.	Descrição	Valor do Item
002	Item compra: 00013 - ESFIGMOMANÔMETRO, AJUSTE DIGITAL, TIPO* DE BRAÇO, FAIXA DE OPERAÇÃO ATÉ 300MMHG, MATERIAL BRAÇADEIRA BRAÇADEIRA EM NYLON, TIPO FECHO FECHO EM VELCRO, TAMANHO ADULTO	108,83

Data	Operação	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
04/05/2023	Inclusão	1,00000	108,8300	108,83

Assinaturas

Ordenador de Despesa

MAURICIO ZUMA MEDEIROS

***.466.717-**

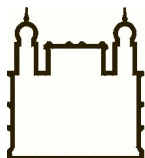
04/05/2023 13:46:23

Gestor Financeiro

ROSANA RODRIGUES FERREIRA

***.944.607-**

04/05/2023 13:04:39



Ministério da Saúde

FIOCRUZ

Fundação Oswaldo Cruz

Instituto de Tecnologia
em Imunobiológicos

Bio-Manguinhos

Folha : 1 / 3

Ordem de Fornecimento
20230489Processo/Sub-Processo
25386.000594/2023-050-000RCO:230.847(Pregao)
Data Criação: 27/04/2023
Data Emissão : 04/05/2023

Informações do Edital

Amparo Legal : Cotação Eletrônica - Portaria MPOG nº306 de
13/12/2001 - 0064/2023-BM

Empenho

Tipo : Global

Comprador : Andrea Romano Leonardo Ferreira

Fornecedor : 4901 - NNAL COMERCIO DE MATERIAIS
MEDICOS E SERVICOS EMPRESARIAIS LTDA ME
Endereço : Rua Clarice Lispector, 91 - Qd 03 -Lote 63
Cidade : MARICA

CNPJ : 10.535.809/0001-71

Bairro : ITAPEBA
UF : RJ

CEP : 24913-450

Telefone

Telefone – 21 99224-6892 / 98102-6028

Email - nrcfilho@gmail.com / nrcfilho@gmail.com

Informações Bancárias

Banco - -

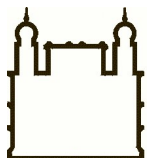
Agência - -

Conta - -

Programa de Trabalho	Ptres	Fonte de Recurso	Elemento de Despesa	Unidade Gestora	Convênio	Valor Reclassificado
10305502320YE0001	172766	1002000000	339030	254432		214,35

Seq	CQ	Sub Item	Insp	Item	Material/Serviço	Unid	Qtd Oferec	Valor Oferec	Valor Total	Prazo Entrega	Cron
10	N	36	N	16377	TERMOMETRO CLINICO; OVAL; CAPILAR VIDRO; ESCALA 35 A 42°C	UN	4,00	26,38	105,52	30 dias	N
13	N	36	N	18534	APARELHO PRESSAO ADULTO; C/VELCRO; C/ESTETOSCOPIO	UN	1,00	108,83	108,83	30 dias	N

total do contrato	214,35	Recebi em			
Total do exercício	214,35				
Local de Entrega: BIO-MANGUINHOS – FIOCRUZ Informações: ALMOXARIFADO EM FRENTE AO CAMPO DE FUTEBOL Horário de entrega: de 08h às 16h- de segunda à sexta Observação: As entregas só poderão ser feitas com agendamento prévio através do e-mail agendarecebimento@bio.fiocruz.br com, no mínimo, 48 horas de antecedência ou pelos telefones (21) 38827186. Entregas não agendadas não serão recebidas. Demais informações através do telefone (21) 3882-9468. A PRESENTE OF SÓ É VÁLIDA ACOMPANHADA DE RESPECTIVA NOTA DE EMPENHO Não será aceita a Nota Fiscal Eletrônica (NF-e) cujo CFOP sejam 6107,6108,5201, 5202, 6201 e 6202, tendo em vista que a Unidade Contratante possui Inscrição Estadual nº 77.036.512 Recepção de DANFES, XML e carta de correção : nfe@bio.fiocruz.br IMPORTANTE: De acordo com o manual de orientação do contribuinte da nota fiscal eletrônica e para atender na recepção					



Ministério da Saúde

FIOCRUZ

Fundação Oswaldo Cruz

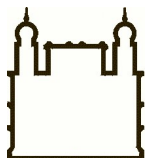


Instituto de Tecnologia
em Imunobiológicos

Bio-Manguinhos

Folha : 2 / 3

eletrônica do documento pelo no nosso sistema de gestão. Solicitamos que no XML gerado da nota fiscal seja informado o número da OF (pedido de compra) na TAG <**xPed**>, número da Ordem de Compra na TAG <**nItemPed**>, apenas o número sem caracteres especiais e quando possuir as informações de rastreabilidade do item (lote, validade e data de fabricação) informar na TAG <**rastro**>.



Ministério da Saúde
FIOCRUZ
Fundação Oswaldo Cruz

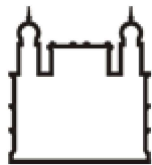


Instituto de Tecnologia
em Imunobiológicos
Bio-Manguinhos

Folha : 3 / 3

RELAÇÃO DE ITENS (DETALHES)

Seq	Código	Descrição	Ordem de Compra	Un	Quantidade
10	16377	TERMOMETRO CLINICO; OVAL; CAPILAR VIDRO; ESCALA 35 A 42°C	19560099	UN	4,00
13	18534	APARELHO PRESSAO ADULTO; C/VELCRO; C/ESTETOSCOPIO	19553399	UN	1,00



Ministério da Saúde

FIOCRUZ

Fundação Oswaldo Cruz

INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES À NOTA DE EMPENHO - ICNE

1. O presente contrato será regido pela Lei nº 8.666/93, em especial o art. 24, inciso II, Lei nº 10.522/02, Decreto nº 3.722/01, Decreto nº 4.358/02, IN MPOG nº 03/2018, Lei nº 8.078/90, Portaria MPOG nº 306 de 13/12/2001 e pelos preceitos de direito público, aplicando-lhe, supletivamente, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado.

2. **Objeto do contrato:** Aquisição de material hospitalar diversos

3. **Forma de fornecimento:** Integral

4. **Processo:** nº 25386.000594/2023-05

5. **Cotação Eletrônica:** nº 64/2023

6. **ICNE:** nº 201/2023

7. **Contratante:** **FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ**, entidade pública criada e mantida pela União Federal, na forma da Lei nº 5.019/66 e do Decreto nº 66.624/70, com Estatuto aprovado pelo Decreto nº 8.932 de 14/12/2016, integrante da Administração Pública Federal Indireta e vinculada ao Ministério da Saúde, "ex vi" da Lei nº 7.596/87, sediada na Av. Brasil nº 4.365, Manguinhos, nesta cidade do Rio de Janeiro - RJ, através do **INSTITUTO DE TECNOLOGIA EM IMUNOBIOLOGICOS DE MANGUINHOS (BIO-MANGUINHOS)**, inscrito no CNPJ sob o nº 33.781.055/0015-30, neste ato representado por seu Diretor MAURÍCIO ZUMA MEDEIROS, encontrado na Av. Brasil, 4.365, Manguinhos, designado pela Portaria do Ministro da Saúde nº 181 de 24/01/2018, no uso das atribuições que lhe confere a Portaria nº 172, de 30/03/2022, da Sra. Presidente da Fiocruz, publicada no DOU, Seção 1, publicada em 01/08/2022.

8. **Contratada:** NNAL COMERCIO DE MATERIAIS MEDICOS E SERVICOS

CNPJ: 10.535.809/0001-71

9. **Prazo de Entrega e Critérios de Aceitação do Objeto:**

9.1. **O prazo de entrega dos bens é de até 30 (trinta) dias, contados a partir da data da última assinatura aposta no instrumento**, em virtude de sua tramitação eletrônica, em remessa única, no seguinte endereço: Almoxarifado de Bio Manguinhos – Fundação Oswaldo Cruz - Avenida Brasil, 4365 – Bairro Manguinhos – CEP 21045-900, Rio de Janeiro-RJ – Horário: 08:00 às 11:30 e de 13:00 às 16:00.

As entregas só poderão ser feitas com agendamento prévio junto ao Almoxarifado de Bio-Manguinhos através dos telefones: (21) 3882-7017 ou (21) 3882-9468, com pelo menos 48 (quarenta e oito) horas de antecedência. Entregas não agendadas não serão recebidas. Ressaltamos que o almoxarifado não abre para recebimento nos últimos 03 (três) dias úteis do mês.

9.2. Os bens serão recebidos provisoriamente no prazo de 15 (quinze) dias, pelo (a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constante na proposta.

9.3. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

9.4. Os bens serão recebidos definitivamente no prazo de 30 (trinta) dias, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante

recibo.

9.5. Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

9.6. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

10. Prazo de vigência: 90 (noventa) dias, contados a partir da data da última assinatura aposta no instrumento, em virtude de sua tramitação eletrônica, prorrogável na forma do art. 57, §1º da Lei 8.666/93.

11. Dotação Orçamentária

Nota de Empenho: 2023 NE 1006

Programa de Trabalho: 10305502320YE0001

Elemento de Despesa: 339030

Fonte de Recursos: 1002000000

12. Preço e condições de pagamento

Itens:

Seq	Item	Material/Serviço	Unid	Qtd Oferec	Valor Oferec	Valor Total
10	16377	TERMOMETRO CLINICO; OVAL; CAPILAR VIDRO; ESCALA 35 A 42°C	UN	4	R\$ 26,38	R\$ 105,52
13	18534	APARELHO PRESSAO ADULTO; C/VELCRO; C/ESTETOSCOPIO	UN	1	R\$ 108,83	R\$ 108,83

Valor Total: R\$ 214,35 (duzentos e quatorze reais e trinta e cinco centavos)

12.1. O pagamento será efetuado pela FIOCRUZ no prazo máximo de até 30 (trinta) dias, contados do atesto da Nota Fiscal eletrônica (NF-e), após o aceite realizado pela fiscalização, de acordo com o serviço efetivamente executado e correspondente preço unitário.

12.1.1. A contratada deverá encaminhar a Nota Fiscal (NF) para o endereço eletrônico nfe@bio.fiocruz.br, conforme disposto no Protocolo ICMS nº 42/09, para comprovação do serviço efetivamente executado, contendo o mesmo CNPJ do empenho para efeito de pagamento.

12.1.2. O pagamento será efetuado pela FIOCRUZ mediante crédito em conta bancária informada na Nota Fiscal Eletrônica (NF-e).

12.1.3. Não será aceita a Nota Fiscal eletrônica (NF-e) cujo CFOP sejam 6.107 e 6.108, tendo em vista que a Unidade Contratante possui Inscrição Estadual.

12.2. Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal ou fatura no momento em que o órgão contratante atestar a execução do objeto do contrato.

12.3. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 29 da Lei nº 8.666, de 1993.

12.3.1. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do fornecedor contratado, deverão ser tomadas as providências previstas no do art. 31 da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

12.4. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

12.5. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

12.6. Antes de cada pagamento à contratada, será realizada consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.

12.7. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.

12.8. Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

12.9. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

12.10. Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.

12.11. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação junto ao SICAF.

12.11.1. Será rescindido o contrato em execução com a contratada inadimplente no SICAF, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante.

12.12. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

12.12.1. A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

12.13. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$EM = I \times N \times VP$, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$I = (TX) \quad I = \frac{(6 / 100)}{365} \quad I = 0,00016438$$

TX = Percentual da taxa anual = 6%

12.13.1. Os encargos moratórios que a contratada fizer jus e não forem solicitados no prazo de 60 (sessenta) dias, a contar da emissão da respectiva Nota Fiscal (NF), será objeto de preclusão.

13. Sanções Administrativas:

13.1. Em caso de inexecução total ou parcial do contrato, a contratada estará sujeita, garantida prévia defesa, às seguintes penalidades:

13.1.1. Advertência por escrito.

13.1.2. Multa de 8% (oito por cento), calculada sobre o valor total do contrato e dos termos aditivos, se for o caso.

13.1.3. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a FIOCRUZ, por prazo não superior a 02 (dois) anos.

13.1.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação, perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada.

13.2. As penalidades previstas nos subitens 13.1.1, 13.1.3 e 13.1.4 poderão ser aplicadas juntamente com a prevista no subitem 13.1.2, facultada a defesa prévia do interessado, no respectivo processo, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da comunicação oficial.

13.3. A penalidade prevista no subitem 13.1.4 é de competência do Senhor Ministro de Estado de Saúde, facultada a defesa do interessado no respectivo processo, no prazo de 10 (dez) dias da abertura de vista, podendo a reabilitação ser requerida após 02 (dois) anos de sua aplicação.

13.4. Pelo atraso injustificado durante a execução do contrato, será aplicada multa moratória de 0,3% (três décimos por cento) por dia de atraso injustificado, que será calculada sobre o valor da parcela em atraso, no limite máximo de 10% (dez por cento), recolhida no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar da comunicação oficial.

13.5. As multas referidas nos subitens 13.1.2 e 13.4 poderão ser descontadas dos pagamentos eventualmente devidos pela FIOCRUZ ou cobradas judicialmente.

13.6. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

14. REAJUSTE

14.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irrealizáveis no prazo de um ano contado da data limite para a apresentação das propostas.

14.2. Após o interregno de um ano, e mediante pedido prévio da CONTRATADA, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pela CONTRATANTE, do índice IPCA/ IBGE, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade, com base na seguinte fórmula (art. 5º do Decreto n.º 1.054, de 1994):

$$R = V (I - I^0) / I^0, \text{ onde:}$$

R = Valor do reajuste procurado;

V = Valor contratual a ser reajustado;

I^0 = índice inicial - refere-se ao índice de custos ou de preços correspondente à data fixada para entrega da proposta na licitação;

I = Índice relativo ao mês do reajustamento;

14.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

14.4. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo.

14.5. Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.

14.6. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

14.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.”

14.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

15. Rescisão, forma e efeitos: arts. 78, 79 e 80, da Lei nº 8.666/93.

16. Obrigação da contratada

A contratada obriga-se a:

16.1 A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes na sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:

16.1.1 Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes neste documento, acompanhado da respectiva nota fiscal;

16.1.2 Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

16.1.3 Substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado nesta ICNE, o objeto com avarias ou defeitos;

16.1.4 Comunicar à Contratante, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

16.1.5 Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

16.1.6 Indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato.

17 Fiscalização

17.1. A fiscalização da execução do objeto será efetuada por Comissão/Representante designado pela CONTRATANTE, conforme Portaria fiscal do contrato (SEI nº 2727605).

18. A proposta comercial de 03/04/2023, integra este instrumento, independente de transcrição.

19 Vedações e Permissões:

19.1. É vedado à CONTRATADA interromper a execução dos serviços sob alegação de inadimplemento por parte da CONTRATANTE, salvo nos casos previstos em lei.

19.2. É permitido à CONTRATADA caucionar ou utilizar este Termo de Contrato para qualquer operação financeira, nos termos e de acordo com os procedimentos previstos na Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de Julho de 2020.

19.2.1. A cessão de crédito, a ser feita mediante celebração de termo aditivo, dependerá de comprovação da regularidade fiscal e trabalhista da cessionária, bem como da certificação de que a

cessionária não se encontra impedida de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.

19.2.2. A crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (contratada) pela execução do objeto contratual, com o desconto de eventuais multas, glosas e prejuízos causados à Administração, sem prejuízo da utilização de institutos tais como os da conta vinculada e do pagamento direto previstos na IN SEGES/ME nº 5, de 2017, caso aplicáveis.

20. Regularidade da contratada: A regularidade da CONTRATADA foi aferida por meio das consultas realizadas em 08 e 12/05/2023, constantes do processo nº 25386.000594/2023-05.

21. As partes contratantes ficam cientes de que o foro para dirimir as questões que não forem solucionadas na via administrativa será o da Seção Judiciária da Justiça Federal no Rio de Janeiro, por imposição de ordem Constitucional.

Autoridade competente
MATERIAIS MEDICOS E SERVICOS EMPRESARIAIS LTDA ME
Bio Manguinhos

NNAL COMERCIO DE



Documento assinado eletronicamente por **MAURICIO ZUMA MEDEIROS, Diretor do Instituto de Tecnologia em Imunobiológicos**, em 16/05/2023, às 08:14, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Nei Rodrigues de Carvalho Filho, CPF: 815.365.267-20, IDENTIDADE: 05944478-6 DETRAN RJ**, em 16/05/2023, às 13:36, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.fiocruz.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **2724708** e o código CRC **FC842FD3**.

Referência: Processo nº 25386.000594/2023-05

nº 2724708

SEI

Usuário Externo (signatário):	Nei Rodrigues de Carvalho Filho
Data e Horário:	02/06/2023 12:43:34
Tipo de Peticionamento:	Processo Novo
Número do Processo:	25380.002130/2023-85
Interessados:	

Nei Rodrigues de Carvalho Filho

Protocolos dos Documentos (Número SEI):

- Documento Principal:	
- Requerimento de Atestado de Capacidade Técnica	2813172
- Documentos Essenciais:	
- Nota de Empenho Empenho	2813173
- Ordem de Fornecimento OF	2813174
- Documentos Complementares:	
- ICNE Complemento Empenho	2813175

O Usuário Externo acima identificado foi previamente avisado que o peticionamento importa na aceitação dos termos e condições que regem o processo eletrônico, além do disposto no credenciamento prévio, e na assinatura dos documentos nato-digitais e declaração de que são autênticos os digitalizados, sendo responsável civil, penal e administrativamente pelo uso indevido. Ainda, foi avisado que os níveis de acesso indicados para os documentos estariam condicionados à análise por servidor público, que poderá alterá-los a qualquer momento sem necessidade de prévio aviso, e de que são de sua exclusiva responsabilidade:

- a conformidade entre os dados informados e os documentos;
- a conservação dos originais em papel de documentos digitalizados até que decaia o direito de revisão dos atos praticados no processo, para que, caso solicitado, sejam apresentados para qualquer tipo de conferência;
- a realização por meio eletrônico de todos os atos e comunicações processuais com o próprio Usuário Externo ou, por seu intermédio, com a entidade porventura representada;
- a observância de que os atos processuais se consideram realizados no dia e hora do recebimento pelo SEI, considerando-se tempestivos os praticados até as 23h59min59s do último dia do prazo, considerado sempre o horário oficial de Brasília, independente do fuso horário em que se encontre;
- a consulta periódica ao SEI, a fim de verificar o recebimento de intimações eletrônicas.

A existência deste Recibo, do processo e dos documentos acima indicados pode ser conferida no Portal na Internet do(a) FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ.